
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES
Resolução do Conselho do Governo n.º 102/2008 de 14 de Julho de 2008

Considerando os objectivos do Governo Regional de prosseguir no melhoramento da rede escolar;

Considerando que o projecto de execução da obra, se encontra concluído e que foi apresentada uma estimativa orçamental de € 13.500.000,00 (treze milhões e quinhentos mil euros), efectuada sobre as medições, valor acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

Assim, no uso dos poderes que lhe são conferidos pelas alíneas b) e z) do artigo 60.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, e ao abrigo das disposições conjugadas da alínea e) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 18º e do artigo 20.º do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2007/A, de 27 de Dezembro, da alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2008/A, de 28 de Janeiro, dos artigos 35.º e 36.º do Código de Procedimento Administrativo, dos artigos 4.º, 27.º e do n.º 1 do artigo 79.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho e, ainda, nos nºs 1 e 2 do artigo 47.º, no n.º 1, na alínea a) do n.º 2 e n.º 3 do artigo 48º, nos artigos 59.º, 60.º e 62.º, 116º e nos nºs 1 e 4 do artigo 120º, todos do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, o Conselho do Governo resolve:

1. Autorizar a abertura de um concurso público para a adjudicação da “Empreitada de Construção da Escola Básica Integrada de Água de Pau”, pelo preço base de € 13.500.000,00 (treze milhões e quinhentos mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, e pelo prazo estimado de 24 meses;

2. Delegar poderes no Secretário Regional da Educação e Ciência, com poderes de subdelegação, para aprovar o processo de concurso, nomear as comissões de acompanhamento do mesmo, mandar publicar os avisos de abertura e proceder à audiência prévia dos concorrentes;

3. Delegar competências no Secretário Regional da Educação e Ciência para praticar todos os restantes actos atinentes a este procedimento que, nos termos da lei, sejam cometidos à entidade adjudicante, nestes se incluindo a adjudicação e a autorização da realização da correspondente despesa, bem como a aprovação da minuta do contrato a celebrar e sua outorga em representação da Região e, ainda, autorizar posteriormente eventuais trabalhos a mais, nos termos da lei, até ao montante máximo de 15% do valor da adjudicação;

4. A presente Resolução entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, em Ponta Delgada, em 30 de Junho de 2008. - O Presidente do Governo Regional, *Carlos Manuel Martins do Vale César*.